



PANORAMA DA AGRICULTURA ORGÂNICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: UM ESTUDO DE CASO DO MUNICÍPIO DE SEROPÉDICA, RJ

Charle Costa dos Santos *

Barbara Leandro Monteiro **

* Graduando do curso de Engenharia Agrônoma na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Técnico em Agropecuária pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS). Qualificação profissional em Auxiliar de Fiscalização Ambiental através do Instituto Tecnológico Brasileiro (ITB). Atualmente, membro do Programa de Educação Tutorial - PET Inclusão. E-mail: charle_costa@hotmail.com

** Engenheira Agrônoma pela UFCA, Mestra em Agricultura Orgânica pela UFRRJ. Licencianda em Ciências Agrícolas pela UFRRJ. Possui Qualificação profissional em Auxiliar de Fiscalização Ambiental através do ITB. Atuou como bolsista pelo CIEE na Secretaria de Agricultura e Recursos Hídricos no município de Crato-CE, como também no setor de produção do IFCE- Campus Crato. Atuou como bolsista do Programa de Iniciação à Docência - PIBID/CAPES de 2017 a 2018. Atuou como Bolsista Exp C. Atualmente é residente em Agronomia na CEASA-RIO. E-mail: barbyleandro@gmail.com

Nos últimos anos, o cultivo de alimentos orgânicos vem se desenvolvendo de forma vertiginosa no Brasil e no mundo. Este fato está atrelado a ampliação do mercado consumidor pela procura por segurança alimentar e nutricional e pela participação social cada vez mais ativa e exigente. Objetivou-se neste trabalho, apresentar uma análise do panorama da agricultura orgânica no estado do Rio de Janeiro com ênfase no município de Seropédica e adjacências, identificando suas influências, seus benefícios e seus pontos limitantes. O estudo foi conduzido através de investigações de pesquisas de natureza qualitativa descritiva, sendo empregada à avaliação em dados oficiais do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, onde apontam que no primeiro semestre de 2019 o Estado do Rio de Janeiro possuía 763 registros ativos sendo 79 pertencente a Baixada Fluminense. A variação de produção entre as regiões do Estado do Rio de Janeiro pode ser devido à vários fatores, dentre eles organizacional, incentivo à produção, condições climáticas, assistência técnica, oferta de inovações tecnológicas, acesso a crédito e pré-disposição para ser orgânico, ficando evidente que a atividade necessita de mais incentivos, que possibilitem o acesso de forma justa e democrática e que gere o fortalecimento das práticas da agricultura orgânica nas propriedades rurais, a participação na articulação nacional da produção orgânica e fortalecendo a agroecologia na região.

Palavra Chave: Agroecologia, Agricultura Familiar, Produção Orgânica, Certificação.

In recent years, the cultivation of organic foods has been developing in a vertiginous way in Brazil and in the world. This fact is linked to the expansion of the consumer market by the search for food and nutritional security and the increasingly active and demanding social participation. The objective of this paper is to present an analysis of the panorama of organic agriculture in the state of Rio de Janeiro with emphasis on the municipality of Seropédica and its surroundings, identifying its influences, its benefits and its limiting points. The study was conducted through investigations of descriptive qualitative research, being used for evaluation in official data of the National Register of Organic Producers, where they point out that in the first half of 2019 the State of Rio de Janeiro had 763 active records, 79 belonging to Baixada Fluminense. The variation of production between the regions of Rio de Janeiro State may be due to several factors, including organizational, production incentive, weather conditions, technical assistance, offering technological innovations, access to credit and willingness to be organic, It is evident that the activity needs more incentives, enabling fair and democratic access and leading to the strengthening of organic farming practices in rural properties, participation in the national articulation of organic production and strengthening of agroecology in the region.

Keywords: Agroecology, Family Agriculture, Organic Farming, Certification.

En los últimos años, el cultivo de alimentos orgánicos se ha desarrollado de forma vertiginosa en Brasil y en el mundo. Este hecho está vinculado a la expansión del mercado de consumo mediante la búsqueda de seguridad alimentaria y nutricional y la participación social cada vez más activa y exigente. El objetivo de este trabajo es presentar un análisis del panorama de la agricultura orgánica en el estado de Río de Janeiro con énfasis en el municipio de Seropédica y sus alrededores, identificando sus influencias, sus beneficios y sus puntos limitantes. El estudio se realizó a través de investigaciones de investigación cualitativa descriptiva, que se utilizó para la evaluación en datos oficiales del Registro Nacional de Productores Orgánicos, donde señalan que en el primer semestre de 2019 el Estado de Río de Janeiro tenía 763 registros activos, 79 pertenecientes a Baixada Fluminense. La variación de la producción entre las regiones del estado de Río de Janeiro puede deberse a varios factores, que incluyen la organización, el incentivo de producción, las condiciones climáticas, la asistencia técnica, la oferta de innovaciones tecnológicas, el acceso al crédito y la disposición a ser orgánico, Es evidente que la actividad necesita más incentivos, que permita un acceso justo y democrático y que conduzca al fortalecimiento de las prácticas de agricultura orgánica en las propiedades rurales, la participación en la articulación nacional de la producción orgánica y el fortalecimiento de la agroecología en la región.

Palabra Clave: Agroecología, Agricultura Familiar, Producción Orgánica, Certificación.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o cultivo de alimentos orgânicos vem se desenvolvendo de forma vertiginosa no Brasil e no mundo. Este avanço representa apenas uma pequena parcela da produção nacional e simboliza uma evolução de 30 % do mercado ao ano (MAPA, 2019). Este fato está atrelado a ampliação do mercado consumidor pela procura por alimentos saudáveis que garantam segurança alimentar e qualidade nutricional que os alimentos orgânicos oferecem, como também, pela participação social cada vez mais ativa e exigente na qualidade do produto oferecido, tais aspectos vêm contribuindo para visibilidade, viabilidade econômica, social e ambiental da produção agrícola orgânica em todo país (BARBOSA e SOUZA, 2012; CAMPANHOLA e VALARINI, 2001).

Embora o Estado do Rio de Janeiro não possua papel de destaque na produção nacional, com ressalvas para a produção olerícola que se destaca como atividade estratégica para o desenvolvimento rural, a produção orgânica cultivada principalmente pela agricultura familiar vem ganhando notoriedade no Estado e sendo considerada o ponto chave para o desenvolvimento rural sustentável, oportunizando a geração de renda e emprego no campo (EMATER/RIO, 2017; FONSECA et al., 2009). Este fato é decorrente da ação conjunta de instituições (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro - PESAGRO, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado - EMATER – RIO, Associação de Produtores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro - ABIO) que ao longo dos anos vem buscando parcerias com os agricultores, implantando canais alternativos de comercialização, através de mecanismos participativos da qualidade, estimulando o associativismo, a participação, a responsabilidade solidária, além de fomentar a participação de novos agentes no meio rural, com o comprometimento em atender os requisitos que garantam a oferta de produtos com qualidade e seguindo os princípios que norteiam a agroecologia (EMBRAPA, 2019; FERES, 2012; MELO, 2004).

A legislação brasileira caracteriza o produto orgânico (processado ou in natura) sendo aquele que é originado de um sistema orgânico de produção sustentável, que não cause injúrias ao ecossistema.

Além de conservar a diversidade biológica dos ecossistemas naturais locais e o uso sustentável dos seus recursos, estabelece as relações de trabalho fundamentado no tratamento com dignidade, equidade e justiça, incentivando à inserção entre os diferentes componentes, a produção de alimentos regionais e da comercialização dos seus produtos, promovendo a relação direta entre aqueles que produzem e os respectivos consumidores.

“Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais. Tal sistema tem por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não renovável, e emprega sempre que possível métodos biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente (BRASIL, 2003).”

Sob esta perspectiva, a agroecologia com enfoque na agricultura orgânica surge como ferramenta de transformação social possibilitando mudanças no meio rural, através da promoção de ações técnico-científicas voltadas à sustentabilidade desses territórios. Desta forma, sua colaboração transcende questões ambientais, sociais e econômicas que estão nos campos tecnológicos e agrônômicos e que incorporam questões políticas, culturais e éticas, favorecendo a vida humana e a biodiversidade (CAPORAL e COSTABEBER, 2004).

Agroecologia pode ser reconhecida através de várias concepções diferentes, apresentando propriedades intersetoriais trabalhando conhecimentos teórico-práticos, estabelecendo-se através de relações políticas e sociais, consoante a sua amplitude (CARVALHO, 2018).

Em detrimento disso, a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) é pautada essencialmente no Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012, que institui como seu objetivo:

“integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis (BRASIL, 2012).”

Apesar disso, o mercado global impõe aos agricultores condições adversas que são desfavoráveis ao seu desenvolvimento, juntamente a políticas públicas que antepõem uma uniformização do processo produtivo, favorecendo o aumento produtivo em menores áreas, dificultando o uso racional dos agroecossistemas e sua conservação (ALMEIDA e CORDEIRO, 2002).

Nesse contexto, foi realizado um levantamento bibliográfico a serem utilizados como ferramentas de apoio teórico para o desdobramento desse estudo, onde foram consultados e discutidos os principais conceitos abordados pelos autores que tratam deste tema, utilizando-se do método de análise em estudos de natureza qualitativa descritiva.

A partir do exposto, este artigo tem como objetivo apresentar uma análise do panorama da agricultura orgânica no estado do Rio de Janeiro com base em dados coletados no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), com ênfase no município de Seropédica e adjacências, avaliando o desenvolvimento da agricultura orgânica nessas regiões e identificando suas influências, seus benefícios e seus pontos limitantes.

Este capítulo está dividido em três momentos. No primeiro foi apresentado com base no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO), a contextualização de como é expressa a agricultura Orgânica no país, destacando as principais regiões brasileiras e os principais estados produtores de orgânicos e como se encontra o país no cenário produtivo.

No segundo momento, foi realizado uma divisão do estado do Rio de Janeiro em regiões, buscando elencar dados referentes aos municípios produtores de orgânicos do estado, destacando e fazendo um comparativo entre os municípios que apresentam os maiores e menores índices produtivos.

Já no terceiro momento, fez-se uma síntese de como

se encontra a produção orgânica no município de Seropédica, e a partir disso apresenta uma análise da agricultura orgânica para que possa auxiliar o município no desenvolvimento de políticas públicas de fomento à agricultura familiar voltada para agricultura Orgânica.

DESENVOLVIMENTO

Área de Estudo

O município de Seropédica está inserido na região conhecida como Baixada Fluminense, Latitude: 22° 44' 36" S e Longitude: 43° 42' 28" O, a uma elevação de 26 metros do nível do mar, estabelecendo limites com os municípios de Itaguaí, Japeri, Paracambi, Queimados e Nova Iguaçu no Estado do Rio de Janeiro. O clima da região é classificado “Aw” (tropical chuvoso com inverno seco) segundo a classificação de Köppen e Geiger, a temperatura média é 23,5°C e precipitação média anual de 1.354mm (Figura 1).

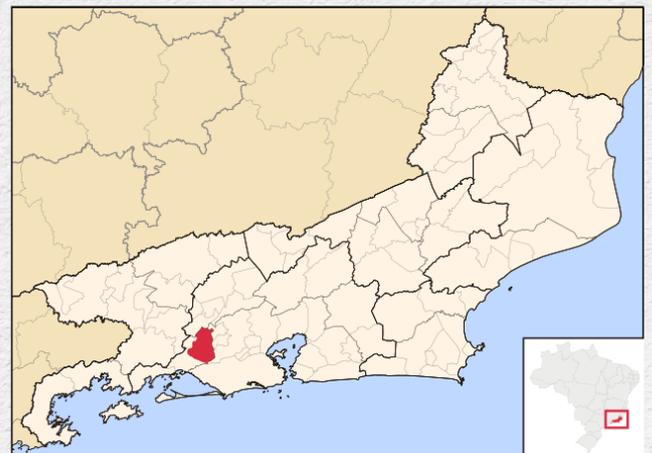


Figura 1. Localização espacial do município em estudo. Fonte: Google (2019).

A sua constituição socioespacial consiste em uma paisagem periurbana, estabelecendo-se como dormitório, uma vez que se trata de uma região metropolitana e maioria da população trabalha em municípios adjacentes. Tendo sua economia fundamentada na produção agrícola e um embrião campo industrial (MAGALHÃES et al., 2013).

METODOLOGIA

O estudo foi conduzido através de investigações de pesquisas de natureza qualitativa descritiva, sendo empregada à avaliação do panorama da agricultura orgânica no município de Seropédica e Adjacências, em especial no que tange a questão da agricultura familiar, com enfoque nos sistemas orgânicos de produção. Fez-se também, análise de dados secundários disponíveis pelo Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos - CNPO, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário – SEAD e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE.

A análise qualitativa é o estudo no qual é apresentado de forma verbal ou oral e também em forma de discursos, que pode compor-se de etapas como, organização e descrição dos dados/conteúdos brutos; redução dos dados; interpretação dos dados pelas categorias teóricas de análise e análise de conteúdo (BARROS e LEHFELD, 2000).

Segundo Lakatos e Marconi (2003), o estudo qualitativo consiste em analisar o objeto de estudo, onde o investigador conceitua as propriedades do fenômeno, ambiente observado ou fatos inter-relacionando-os.

No Brasil

Para entendermos a real situação da agricultura orgânica no município de Seropédica – RJ, é necessário fazer um breve levantamento no número de agricultores que produzem orgânicos no Brasil.

A partir de resultados preliminares do Censo agropecuário de 2017, no Brasil existiam 5.072.152 estabelecimentos agropecuários, destes, 65.157 estavam presentes no Estado do Rio de Janeiro (IBGE, 2017).

De acordo com o relatório de produtores orgânicos cadastrados no Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - MAPA, em 2019 possuíam 18.091 registros ativos no CNPO, dentre estes apresentavam registros nacionais e internacionais. Os maiores números de registros estão concentrados na região Sul do Brasil, onde os Estados do Paraná e Rio Grande do Sul apresentam os maiores índices, com 2.536 e 2.405 cadastros respectivamente. Já

na região Sudeste se destacam os Estados de São Paulo e Minas Gerais com 2.235 e 817 cadastros. Na região Nordeste, os Estados de Pernambuco, Bahia e Piauí, apresentam os maiores números de registros cadastrados, esse fato é decorrente ao elevado número de estabelecimentos onde predomina a agricultura familiar. Já os menores números estão concentrados na região Norte e Centro-Oeste, conforme apresentado na figura 2 (MAPA, 2019).

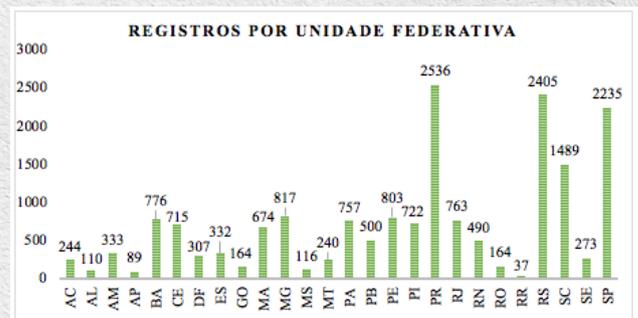


Figura 2. Contagem de Registro ativos no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos por Unidade Federativa. Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados de Brasil (2019).

Porém, esse número pode ser ainda superior, pois em 2007 por volta de 90.000 mil agricultores se autodeclararam produtores orgânicos em estudos realizados pelo IBGE. Esse montante está distribuído entre o Cadastro Nacional da Pessoa Física - CNPF, Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica- CNPJ e Número de Identificação Fiscal - NIF, com diferentes entidades (IBGE, 2007).

Dados do MAPA revelam que entre 2010 a 2018, ocorreu um crescimento de 300% no número de unidade de produção orgânica, como mostra a figura 3.



Figura 3. Número de unidade de produção Orgânicas no Brasil. Fonte: MAPA, 2019.

Esse crescimento apresentado nos últimos 8 anos está associado a difusão do modelo de forma mais massiva juntamente com apoio conjunto entre as instituições, gerando melhorias no processo produtivo, todavia, ainda muito incipiente.

Dada a sua dimensão territorial e diversidade no setor agrícola, onde predomina o modelo de agricultura convencional, o Brasil ainda não é considerado um referencial no cultivo de orgânicos, pois prevalece o uso em larga escala de agrotóxicos, adubos formulados e sementes geneticamente modificadas.

No entanto, houve um aumento territorial em relação a sua extensão, atingindo em 2017 mais de 204 mil hectares em dez anos, e apresentava cerca de 1,1 milhão de hectares destinada ao cultivo de orgânicos (MAPA, 2019).

No Estado do Rio de Janeiro

No Brasil, a produção orgânica possui três tipos de modalidades de acreditação pública que diferem entre si e que viabilizam a comercialização dos produtos, conforme retrata a Lei 10.831/2003, os Sistemas Participativos de Avaliação da Conformidade (SPG), a Organização de Controle Social (OCS) e a Certificação por Auditoria. Sendo que os dois primeiros vão de encontro ao mesmo objetivo, que é o controle social. Já a certificação por auditoria corresponde a relação indireta entre os produtores, ou seja, terceira parte (VILELA et al., 2019).

O Estado do Rio de Janeiro nos últimos anos apresentou um crescimento bastante acentuado na Agricultura orgânica. Em levantamento realizado no CNPO, constatou-se que no primeiro semestre de 2019 o Estado possuía 763 registros ativos no MAPA em 60 municípios fluminenses. A característica que merece destaque para o Estado é a quantidade de Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade - OPAC com 601 cadastros ativos, essa modalidade de acreditação é apropriada para aqueles que não possuem condições de arcar com os altos custos da certificação por auditoria, observou-se também 100 cadastros ativos para certificações obtidas através de OCS e 50 cadastros ativos para as certificações por auditoria através das CERTIFICADORAS, estes dados podem ser evidenciados a seguir na figura 4 (MAPA, 2019).

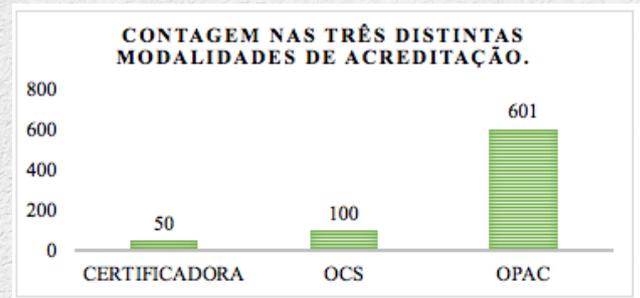


Figura 4. Contagem do número de produtores orgânicos nas três distintas modalidades de acreditação. Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados de Brasil (2019).

No SPG o OPAC tem representação como pessoa jurídica, e a acreditação pode ser executada por empresas, organizações, produtores e/ou outras pessoas que possuam relações com o produtor. Na OCS as vendas ocorrem diretamente entre os envolvidos (produtores e compradores), sem necessariamente a obrigatoriedade do selo ao produto, o que acarreta em maiores garantias de qualidade e confiança nos produtos oferecidos (FONSECA et al., 2009).

A Região Serrana do RJ, que é composta pelos municípios de Bom Jardim, Cachoeira de Macacu, Cantagalo, Carmo, Cordeiro, Duas Barras, Guapimirim, Macuco, Nova Friburgo, Petrópolis, Santa Maria Madalena, São José do Rio Preto, São Sebastião do Alto, Sumidouro, Teresópolis e Trajano de Moraes, é a região onde estão inseridos os maiores números de agricultores orgânicos, com registros ativos no CNPO. No primeiro semestre de 2019, a região contava com 230 cadastros, sendo que os maiores números de cadastros ativos foram observados no município de Petrópolis com 95, seguido pelos municípios de Teresópolis com 76, Guapimirim e Nova Friburgo com 25 e 14 respectivamente. Estes dados podem ser evidenciados na figura 5 (MAPA, 2019).

Este fato é decorrente do contexto em que está inserida essa região e devido a fortes influencias de movimentos de agricultura alternativa que aconteceram em meados da década dos anos 80, ocasionando mobilizações sociais por parte de agricultores e técnicos, onde começam a difundir a agroecologia e a agricultura orgânica, tendo

como ponto culminante a certificação dos produtos orgânicos e os circuitos curtos de comercialização. Hoje os circuitos de feiras cariocas ocorrem em todo o estado, facilitando o escoamento da produção e intermediando o acesso dos consumidores a informações inerentes a produção do seu alimento e auxiliando na escolha e opção pelo produto orgânico (SCOFANO, 2014; MELO, 2004).

Caxias com 14 e o município de Nova Iguaçu com 9 cadastros, estes dados podem ser evidenciados a seguir na figura 6 (MAPA, 2019).

Nessa região, prevalece o cultivo de legumes como aipim, berinjela, batata doce, pimentão, quiabo, jiló e entre outros.

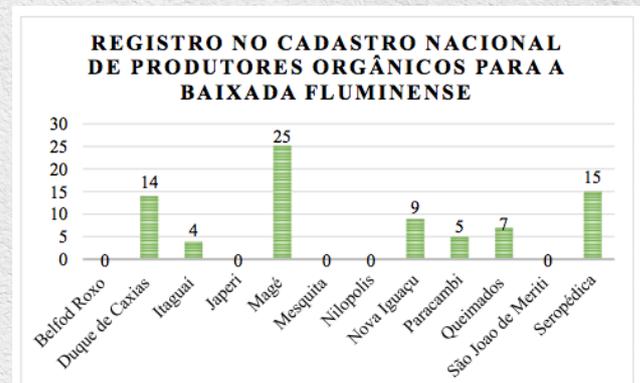


Figura 6. Registro no CNPO por Municípios da Baixada Fluminense. Fonte: MAPA, 2019.

Figura 5. Registro no CNPO para a Região Serrana do RJ. Fonte: MAPA, 2019.

Para a Região Serrana a cadeia de produção de olericultura se destaca, dentre elas as olericulturas de frutos, folhas e raiz, sendo que as mais propícias para a produção e consideradas o carro chefe da região, estão entre elas: Alface, Agrião, Rúcula, Acelga, Couve, Couve-flor, Brócolis, Espinafre, tomate e entre outras.

Já para a região da Baixada Fluminense, que comporta os municípios de Belford Roxo, Duque de Caxias, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti e Seropédica, no primeiro semestre de 2019 possuíam 79 registros ativos no CNPO, sendo município que mais se destacou na produção de Orgânicos foi o município de Magé com 25 cadastros ativos dando continuidade pelos municípios de Seropédica com 15, o município de Duque de

Cabe destacar que essas regiões apresentam características edafoclimáticas bastante distintas, acarretando em diferentes tipos de alimentos produzidos.

Ainda comparando as duas regiões, a variação no número de produtores com cadastro ativos no CNPO pode ser devido a vários fatores, dentre eles: organizacional, incentivo à produção, condições climáticas, assistência técnica, oferta de inovações tecnológicas, acesso a crédito e pré-disposição para ser orgânico.

Todavia, a Região da Baixada Fluminense abriga em seu interior instituições que produzem conhecimentos e tecnologias que tem relação direta com a produção orgânica, no entanto devido ao contexto no qual está inserida esta região sofre por uma série de problemas estruturais que condizem não somente a relação direta com a violência advinda dos grandes centros urbanos, pois se localiza na região metropolitana do Rio de Janeiro, como também a estrutura social no qual os municípios se sustentam, com condições que diminuem e dificultam o desenvolvimento e a sustentação deste modo de produção.

Em estudos realizados pelo SEBRAE (2018), onde apontam que os principais obstáculos enfrentados pelos produtores orgânicos estão relacionados ao

acesso a: assistência técnica, insumos adequados para a produção orgânica, logística, comercialização, distribuição, certificação, gestão financeira, alto custo de processamento, normas sanitárias, armazenamento e falta de conhecimento das normas técnicas.

Contudo, Carvalho (2014) ao estudar os desafios para a produção orgânica para o Estado do Rio de Janeiro destaca que:

“A produção de insumos orgânicos condiciona a evolução da competitividade da PO e sua capacidade de conquistar novos mercados. A elevação da produtividade, a melhor adequação da produção ao mercado e a diminuição de custos dependem muito da oferta de inovações tecnológicas (CARVALHO 2014).”

Segundo a Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro - ABIO (2019), atualmente o Estado do Rio de Janeiro possui 43 grupos ativos de produtores orgânicos e o município de Seropédica conta com 3 grupos, que são Serra Mar, Seropédica e o Raiz Forte. Esse último é composto por agricultores dos municípios de Seropédica, Itaguaí, Rio Claro, Pirai e Nova Iguaçu. Com base nos dados do CNPO foram levantados 46 registros ativos nesses municípios, porém o grupo conta com somente 25 agricultores certificados e 5 em processo de transição para a certificação orgânica.

Vale ressaltar que o município de Seropédica está inserido em um polo de ensino, pesquisa e extensão, contando com a presença de instituições como a UFRRJ, a EMBRAPA, a PESAGRO e a EMATER – RIO, onde vem sendo desenvolvidas pesquisas de ponta na área de agricultura orgânica, contudo, maior quantidade de registros ativos ficaram concentrados nos municípios de Guapimirim e Magé. Mesmo com todos incentivos e esforços por parte dessas instituições ainda se tem a necessidade de diálogo entre as instituições e a população que venham possibilitar acesso de forma mais justa (EMBRAPA, 2019).

Dados de Produção do Município de Seropédica - RJ

Com relação a agricultura orgânica no município em estudo, dados referente a produção das principais

culturas certificadas, produzidas e comercializadas pelos grupos, pode-se destacar cultivos de culturas perenes (acerola, amora, banana, caju, coco, jaboticaba, jaca, lichia, limão, tangerina, manga, mamão e maracujá), de culturas anuais (Aipim, cana de açúcar, feijão de corda, feijão rajado e milho) e por cultivos de hortaliças, ervas medicinais e aromáticas (abobora, alface, berinjela, batata, beterraba, brócolis, cebola, cenoura, couve, espinafre, jiló, manjerição, maxixe, mostarda, pimenta, pimentão, quiabo, salsa e tomate) (ABIO 2019).

Fazendo uma comparação com a produção orgânica e confrontadas com a tabela ASPA/AGROGEO da EMATER/RJ, para efeito de validação, onde apresenta o relatório por municípios do sistema no ano de 2018. Seropédica possui 606 agricultores, sem distinção entre os sistemas produtivos, sejam eles orgânicos ou convencionais, onde apresentou uma produção colhida de 15.501,40 toneladas em uma área colhida de 1.379,40 hectares. E no universo de 86 municípios que mais produzem no estado, Seropédica ocupou a 29ª posição no ranking.

O município possui o número aproximado de 336 propriedades rurais, com tamanhos que variam entre 1 a 10 hectares, ou seja, são inferiores a 4 módulos fiscais da região, caracterizando-os como agricultores familiares, conforme define a Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

A saber, agricultores familiares são aquelas pessoas que não detém área superior a quatro módulos fiscais, que a utilizam para execução das atividades, predominantemente executadas com a força de trabalho da própria família, que possuam um percentual mínimo da renda proveniente das atividades do seu estabelecimento e que sua família seja a gestora da propriedade (BRASIL, 2006).

Desta maneira, a agricultura familiar foi definida como sendo:

“Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

§ 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais.

§ 2º São também beneficiários desta Lei:

I - Silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;

II - aquicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede;

III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e fiscadores;

IV - Pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente. ”

Dentre as políticas e os programas que provê estímulos aos agricultores familiares orgânicos da região, destacam-se a Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PLANAPO, a

Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER que tem por base melhorias nos sistemas produtivos provendo assistência técnica e acesso a qualidade na produção de alimentos; o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, que tem uma linha própria de crédito denominada Agroecologia, onde contempla de forma individual ou coletiva, que os agricultores orgânicos obtenham uma concessão de crédito de até 330 mil para atividades de produção e fruticultura e de 165 mil para demais atividades dentro da propriedade; o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE são responsáveis por instituir a compra de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar, todavia quando em se trata de agricultores familiares orgânicos eles recebem prioridade nas chamadas e o repasse é de 30% a mais no valor destinado à compra de produtos. Estes programas oportunizam melhores condições, proveem estímulos a permanência do agricultor no campo e a geração de renda proveniente das atividades que desenvolvem, sendo preferencialmente para agricultura orgânica (MONTEIRO, 2019).

Para Silva e Silva, (2011) as políticas públicas são definidas como a manifestação do Estado por meio de ações que suprem as necessidades da sociedade, na qual o termo “pública” abrange não somente âmbitos do estado, como também o privado em prol de melhorias para o povo (SILVA & SILVA, 2011).

Um dos mais importantes programas presentes no estado tem como destaque o Rio Rural, que promove o incentivo da produção orgânica para agricultores familiares visando uma produção sustentável que vem contribuindo para o desenvolvimento da agricultura orgânica e qualidade de vida dos agricultores (EMATER/RIO, 2017).

A falta de diálogo intersetorial e as adversidades enfrentadas pelos agricultores no alcance das políticas públicas se constitui como fator decisivo para que seja reduzida as melhorias das condições de acesso que estimulem o fortalecimento da Agricultura familiar. Assim sendo, os agricultores precisam buscar por meios que minimizem ou mitiguem os efeitos danosos ocasionados por tais adversidades (MONTEIRO, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora o Brasil tenha avançado consideravelmente nos últimos anos ao introduzir em sua legislação características que retratam a verdadeira dinâmica da produção e comercialização dos produtos orgânicos através dos organismos participativos de avaliação e certificação, o país ainda não atingiu o máximo potencial de adesão por parte dos agricultores (as) familiares. Ao comparar o número de estabelecimentos agropecuários do Estado do Rio de Janeiro com o seu número de unidades de produção orgânica, fica evidente que a atividade necessita de mais incentivos, através de políticas públicas que sejam mais efetivas ao longo do tempo e que possibilitem o acesso de forma justa e democrática, favorecendo os circuitos curtos de comercialização e o acesso direto a alimentos com garantia de qualidade, como também, o fortalecimento das práticas da agricultura orgânica nas propriedades rurais, participação na articulação nacional da produção orgânica e fortalecendo assim a agroecologia na região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABIO. Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://abiorj.org/como-se-certificar-pelo-spg-abio/>>. Acesso em abril de 2019.
- ALMEIDA, M. P.; CORDEIRO, A. Sementes da Paixão: Estratégia comunitária de conservação de variedades locais no semi-árido. 2ed. Rio de Janeiro: AS-PTA. 2002, 72p.
- BARBOSA, W. F.; SOUZA, E. P. Agricultura orgânica no Brasil: características e desafios. Revista Economia & Tecnologia, v.8, n.4, p.67-74, 2012.
- BARROS, A. J. S. e LEHFELD, N. A. S. Fundamentos de Metodologia: Um Guia para a Iniciação Científica. 2 Ed. São Paulo: Makron Books, 2000. 176p.
- BRASIL. Lei Nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.831.htm>. Acesso em: 3 de agosto de 2019.
- BRASIL. Decreto Nº 7.794, de 20 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7794.htm>. Acesso em: agosto de 2019.
- BRASIL. Decreto Nº 9.064, de 31 de maio de 2017. Regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que dispõe sobre a Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9064.htm>. Acesso em 06 abril de 2019.
- CAMPANHOLA, C.; VALARINI, P. J. A agricultura orgânica e seu potencial para o pequeno agricultor. Cadernos de Ciência & Tecnologia, v.18, n.3, p.69-101, 2001.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia: alguns conceitos e princípios. Brasília. 2004. 24p.
- CARVALHO, R. Desafios para a produção orgânica do ERJ. Cadernos do Desenvolvimento Fluminense, Rio de Janeiro, n. 4, mai. 2014.
- CARVALHO, I. S. H. Agroecologia e decrescimento: convergências em prol da sustentabilidade. p. 64-76. In: SARTÓRI, L. A. V. (Org.). Sustentabilidade: Qualidade de Vida, Economia Alternativa E Educação. Nova Iguaçu-RJ: Entorno, 2018.
- EMATER/RJ. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural. 2018. Disponível em: <<http://www.emater.rj.gov.br/tecnica.asp>>. Acesso em: 10 de julho de 2019.
- EMATER/RJ. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro. ASPA - Acompanhamento Sistemático da Produção Agrícola. Rio de Janeiro. 2017. p. 24
- EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Disponível em: <www.embrapa.br/diacampo>. Acesso em: 20 de outubro de 2019.
- FERES, A. M. B. A Reorganização da agropecuária orgânica do estado do Rio de Janeiro em face da legislação brasileira atual e a formação do Sistema Participativo de Garantia da ABIO. 144f. Dissertação (Mestrado em Organização e Gestão do Território). IGEO. UFRJ. Rio de Janeiro, 2012.
- FONSECA, M. F. A. C.; BARBOSA, S. C. A.; COLNAGO, N. F.; SILVA, G. R. R. Agricultura

orgânica: Introdução às normas, regulamentos técnicos critérios para acesso aos mercados dos produtos orgânicos no Brasil. Programa Rio Rural, Niterói, RJ, 2009.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/produtores.html>. Acesso em 06 de abril de 2019.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos de metodologia. Ed. 5. São Paulo, SP. Atlas, 2003.

MAGALHÃES, A. L.; ROCHA, A. S.; SANTANA, M. C.; SANTOS FILHO, S. C. Alma(naque) da Baixada! Duque de Caxias – RJ, Ed. APPH-CLIO, 2013, 104 p.

MAPA. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/noticias/em-sete-anos-triplica-o-numero-de-produtores-organicos-cadastrados-no-mapa>>. Acesso em 04 de abril de 2019.

MAPA. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos>>. Acesso em 04 de abril de 2019.

MELO, J. A. V. B. Agricultura Orgânica como Contribuição para um Meio Ambiente Sustentável. UFRJ, 2004. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos04/156_Resumo_seget_Jose%20Andre.doc>. Acesso em: 20 de outubro de 2019.

MONTEIRO, B. L. Políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar e SAN: Estudo de caso do PAA e o PNAE no município de Crato-CE. 128p. Dissertação (Mestrado Profissional em Agricultura Orgânica). Instituto de Agronomia, Departamento de Fitotecnia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2019.

PUGAS, A.; PRADO, P.; ROVER, O. J.; GUEDES, A. C. Panorama da agricultura orgânica: levantamento dos estabelecimentos no estado da Bahia. Cadernos de Agroecologia. Anais ... VI CLAA, X CBA e V SEMDF – Vol. 13, N° 1, jul. 2018.

SCOFANO, J. E. Avaliação da Conformidade Orgânica: Cenário, entraves e Perspectivas no

Estado do Rio de Janeiro. 2014. 137p. Dissertação (Mestrado Profissional em Agricultura Orgânica). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2014.

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Pesquisa com produtores orgânicos. 2018. 20p.

SILVA, M. G. da; SILVA, S. P. Para Além do Acesso: Uma Análise da Relação entre Mercados Institucionais e Empreendimentos de Economia Solidária no Meio Rural. In: Economia Solidária e Políticas Públicas. Repositório do Conhecimento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – RCIPEA. Mercado de Trabalho, n. 49, p. 87-93. 2011.

VILELA, G. F.; MANGABEIRA, J. A. C.; MAGALHÃES, L. A.; TÔSTO S. G. Agricultura orgânica no Brasil: um estudo sobre o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos. Campinas: Embrapa Territorial, 2019. 20 p.